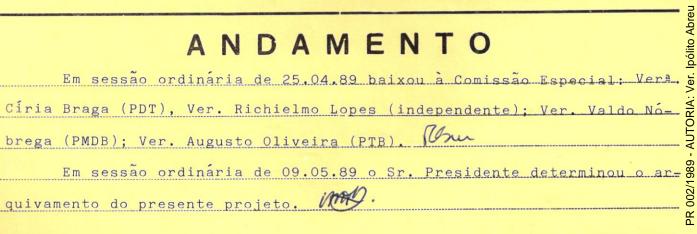


MUNICIPAL DE GUAÍBA CÂMARA

PROCESSO n.º 002/89
Espécie do Expediente: PROJETO-DE-RESOLUÇÃO - "Cria a Comissão Permanen-
te de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor".
Proponente: Ver. Ipólito de Abreu Rodrigues
Data de entrada 19 / abril / 1989
Protocolado sob n.º 1560 F1.32
ANDAMENTO
Em sessão ordinária de 25.04.89 baixou à Comissão Especial: Verª. Círia Braga (PDT), Ver. Richielmo Lopes (independente): Ver. Valdo Nó-

Em sessão ordinária de









JUSTIFICATIVA



Projeto de Resolução nº002/89.

Senhor Presidente Senhores Vereadores,

"Cria a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defe sa do Consumidor."

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada na III sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10/12/48, no seu preâmbulo reconhecia que a dignidade dos membros da família humana e os direitos iguais e inalienáveis, inerentes ao Homem, são fundamentos da liberdade, da justiça e da paz.

O Ideal congregando as nações e povos do Mundo, expresso nesta Declaração Universal dos Direitos do Homem, é o de tor nar cada indivíduo e órgão da sociedade responsáveis pela proteção dos direitos e liberdades do homem. Pela adoção de medidas protetivas a nível internacional, nacional, estadual e municipal, assegurar e preservar a integridade do ser humano, em oposição a todo o tipo de discriminação, perseguição e arbítrio, superando limites e restrições à plena realização do potencial do indivíduo.

O poder Executivo instituio por meio da Lei nº 4.318, de 16/03/64, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, vinculado ao Ministério da Justiça, com o objetivo de cooperar com as Nações Unidas (ONU) "no que concerne à iniciativa e à execução de medidas que vissem assegurar o efetivo respeito dos direitos do homem e das liberdades fundamentais."

A Comissão Permanente de direitos Humanos desta Câmara de Vereadores terá a competência regimental para tratamento de proposições e atos versando sobre direitos políticos, da pessoa humana e garantias constitucionais.

tucionais. A Asembléia Legislativado Estado do Rio Grande ខឹ do Sul, criou sua Comissão de Direitos Humanos, na defesa das a agressões e violências físicas garantidora dos direitos e liberdades indissociáveis da existência doas indivíduos.

A Constituição Federal, promulgada em 05/10/88 & reafirma estas princípios da organização política e jurídica que forma o Estado Brasileiro, sua atuação e representatividade em relação e representatividade em relações e representatividade em relações em relações en em relações em relaç

a sociedade civil.

A proteção e o reconhecinmento universal dos di nerentes aos homens, ultrapassam definições da 80 Lonais. reitose liberdades inerentes aos homens, ultrapassam definições da lei e fronteiras nacionais.

Toda a tendência é a especialização das ativid des de cada comissão deste Legislativo, com suas atribuições.



CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA



-2-

A necessidade da Câmara Municipal oferecer o espa ço institucional adequado às questões pertinentes à liberdade e aos di reitos humanos motiva esta proposição. Esta Comissão manterá contatos com a Comissão correlata da Assembléia legislativa Estadual e com a Anistia Internacional, se for oportuna a correspondência.

Os Vereadores são os políticos mais próximos aos anseios municipais.

A aprovação deste decreto legislativo iniciará serviços de sustentação da dignidade do indivíduo, constrangido por estruturas sociais injustas, pelo arbítrio, pela violência institucionalizada, que pretendem continuar o regime ditatorial de triste memória em nosso país.

Por tudo que foi dito acima, e na certeza de sua comprienção para com este projeto, subscrevo-me abaixo,

Atenciosamente

Ver. Ipólito de Abreu Rodrigues

Bancada do P.T.B.









PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº002/89.

"Cria a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Acresce a redação ao Art.49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaiba; Exclui o item "g" do Parágrafo 3; Estabelece competência a nova Comissão e Renumera parágrafos do Art.49 do Regimento Inetrno da Câmara Municipal de Guaiba."

A Mesa da Câmara Municipal de Guaíba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessao realizada dia / /1989, aprovou e ela promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica criada a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor;

Art.2º - O Art.49 fica acrescido do seguinte

inciso:

"V-Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor";

Art.3º - Fica excluida da competência da Comis são de Cultura, Educação e Assistência Social, opinar sobre:

"g)Direitos Humanos.";

Art.4º - O parágrafo 5º passa a vigorar com a

seguinte redação:

- LUÇÃO:

 Fica criada a Comissão Permanente de nsumidor;
 O Art.49 fica acrescido do seguinte são de Direitos Humanos e Defesa do idor";
 Fica excluida da competência da Comisstência Social, opinar sobre:
 itos Humanos.";
 O parágrafo 5 passa a vigorar com a neiga de Direitos Humanos efesa do Consumidor:
)Opinar sobre assuntos pertinentes à grandade da vigorar com cas e privadas e cujas atividades, se se privadas e cujas atividades, se relacionem às minorias e grupos social marginalizados ou segregados;
)Grupos que sofram discriminações de qualquer natureza;

 Da segurança e do bem estar do indivisió de productivo de produc
 - c) Grupos que sofram discriminações de qualquer natureza;
 - d)Da segurança e do bem estar do individo de la companio del companio de la companio de la companio della compa duo em seus ambientes de convivência social, trabalho, de lazer e de rec ção cultural;





CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍBA

-2-

Art.5º - Os parágrafos "5" e "6" do Art.49º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaíba, são renumerádos respectivamente sob o nº "6" e "7";

Art.6º - Esta ressolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Guaiba, em <u>de</u> de 1	198	19.	F9CF18631169F
NICIPAL DE GUAIBA			-70EF34
		dadepdf	: 68CB7344BADCF
Ver.Olmes Oscar da Silveira Presidente da Câmara Municipal Guaíba - RS.	de	tps://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autentic dadepdf	CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 68CB7344BADCF70EF34F9CF18631169F
	breu	tps://www.camarae	CHAVE DE VER

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUAIBA.....

Ver.Olmes Oscar da Silveira
Presidente da Câmara Municipal de Guaíba - RS.

BR 002/1989 - AUTORIA: Ver. ipólito Abreu
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf

lot Kromm









PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº002/89.

"Cria a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor; Acresce a redação ao Art.49 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaíba; Exclui o item "g" do Parágrafo 3; Estabelece competência a nova Comissão e Renumera parágrafos do Art.49 do Regimento Inetrno da Câmara Municipal de Guaíba."

A Mesa da Câmara Municipal de Guaíba, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão realizada dia __/__/1989, aprovou e ela promulga a seguinte

RESOLUÇÃO:

Art.1º - Fica criada a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor;

Art.2º - O Art.49 fica acrescido do seguinte

inciso:

"V-Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor";

Art.3º - Fica excluida da competência da Comis são de Cultura, Educação e Assistência Social, opinar sobre:

"g)Direitos Humanos.";

Art.4º - O parágrafo 5 passa a vigorar com a

seguinte redação:

- "§5 Compete a Comissão de Direitos Humanos Defesa do Consumidor:
 - Defesa do Consumidor:

 a)Opinar sobre assuntos pertinentes à garantia e ao respeito à dignidade da da humana;
 - da humana;
 b)Aoaperfeiçoamento de instituições pulpl
 cas e privadas e cujas atividades, se
 relacionem às minorias e grupos sociad
 marginalizados ou segregados;
 - c) Grupos que sofram discriminações de qualquer natureza;
 - d)Da segurança e do bem estar do indiviruduo em seus ambientes de convivência social, trabalho, de lazer e de recreção cultural;

Art.5º - Os parágrafos "5" e "6" do Art.49º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Guaíba, são renumerádos respectivamente sob o nº "6" e "7";

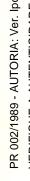
Art.6º - Esta ressolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

						Guaiba,	em	de	de	1989.
									C	
GABINETE	DA	PRESIDÊNCIA	DA	CÂMARA.	MUNICIPAL	DE	GUAIBA			

Ver.Olmes Oscar da Silveira
Presidente da Câmara Municipal de
Guaíba - RS.

PR 005/1989 - AUTORIA: Ver. ipólito Abreu
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE EM https://www.camaraguaiba.rs.gov.br/portal/autenticidadepdf

John Kromm





COMISSÃO ESPECIAL- PARECER AO PROJETO-DE-LEI № 002/89

À Comissão apreciando a materia contida no presente Projeto, da o seguinte Parecer :

O Projeto apresenta uma redação inadequada e inentelegivel no Arletras B - C .

O Artigo 4º § 5º letra B é discriminatório.

A Comissão entende, também, que não deve ser excluido da Comissão

Permanente de Cultura e Assistência Social, a competência de opinar sobre Direi
tos Humanos .

Ver. Valdo Nobra Aribeiro
PMDB .

Ver. Richielmo P. Lopes

Independente

PTB .

Ver. Augusto da Costa Oliveira

Nos servente de opinar sobre Direi
PMDB .

PMDB .

PTB . A Comissão entende, também, que não deve ser excluido da Comissão

CODIGO DO DOCUMENTO: 018364

CHAVE DE VERIFICACAO DE INTEGRIDADE: 68CB7344BADCF70EF34F9CF18631169F

